

## CENTRO DE INTELIGENCIA DO EXERCITO

# Estudo Técnico Preliminar 23/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64211.003732/2026-04

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, compreendendo as etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada, em estrita conformidade com a RDC ANVISA nº 222, de 28 de março de 2018, a Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, bem como demais normas correlatas vigentes. Tal contratação se faz necessária em razão da natureza dos resíduos gerados nas atividades assistenciais desta Organização Militar, os quais contêm agentes biológicos e químicos potencialmente nocivos ao meio ambiente e à saúde pública.

2.2. Justifica-se a necessidade de prestação contínua e ininterrupta dos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos, aqueles classificados como resíduos de serviços de saúde. A Unidade caracteriza-se como geradora de resíduos das classes A e E, com volume estimado de aproximadamente 200 kg anuais, demandando manejo adequado e regular para evitar riscos sanitários e ambientais.

2.3. A obrigatoriedade do correto gerenciamento desses resíduos encontra respaldo no arcabouço jurídico federal, destacando-se:

- **Resolução CONAMA nº 358/2005**, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos de serviços de saúde, visando à proteção da saúde pública e à preservação do meio ambiente;
- **RDC ANVISA nº 222/2018**, que estabelece as Boas Práticas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, disciplinando os procedimentos de segregação, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final.

2.4. Ressalta-se que o objeto em questão demanda execução por empresa especializada, devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes, considerando a complexidade técnica envolvida no manejo desses resíduos. Tal atividade exige rigor no cumprimento das normas de biossegurança, especialmente no que se refere à cadeia de transmissibilidade de doenças e à prevenção de contaminação ambiental, de modo a mitigar riscos ocupacionais e sanitários.

2.5. Diante da essencialidade do serviço para a preservação da saúde pública, da integridade ambiental e do bem-estar dos integrantes desta Organização Militar, a contratação mostra-se indispensável para assegurar a continuidade das atividades assistenciais, prevenindo a ocorrência de passivos ambientais, sanções administrativas e riscos à saúde coletiva.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SAÚDE/DA	Louyse Stefany Araujo Prado

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### Sustentabilidade

4.1. A estratégia de contratação fundamenta-se no tripé social, ambiental e econômico, tomando como diretrizes o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do Centro de Inteligência (em atualização), além do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (CGU).

4.2. Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão, preferencialmente, utilizar combustíveis renováveis (etanol, biodiesel ou tecnologia elétrica/flex), conforme a Lei nº 9.660/1998. 4.1.2.

4.3. Os veículos devem atender aos limites de emissão de poluentes e ruídos estabelecidos pelo PROCONVE, conforme as Resoluções CONAMA nº 418 /2009, 490/2018 e 492/2018, e possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE).

### **Subcontratação**

4.4. Esta Equipe de Planejamento entende que o objeto não admite subcontratação. A natureza crítica do gerenciamento de resíduos perigosos (coleta, transporte, tratamento e destinação final) exige o controle direto sobre a frota e o pessoal, visando mitigar a responsabilidade solidária do Órgão e garantir o cumprimento estrito das normas ambientais vigentes.

### **Duração do Contrato**

4.5. O prazo de vigência será de 1 ano, prorrogável por até 10 (dez) anos, nos termos dos Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. Esta duração garante a economicidade pela escala do contrato e evita a descontinuidade de um serviço vital à saúde pública.

### **Natureza dos Serviços Duração do Contrato**

4.6. Os serviços de gerenciamento de resíduos de saúde são de natureza continuada, dada a sua essencialidade para a segurança sanitária e a manutenção das atividades finalísticas do Centro de Inteligência.

4.7. Os serviços a serem contratados são classificados como "serviços comuns", que em síntese, são aqueles cujas especificações são rotineiras e usuais no mercado, visto que o serviço de gerenciamento de resíduos perigosos é ofertado de forma corriqueira e habitual, sendo a Administração Pública uma das principais contratantes.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Conforme a Lei Distrital nº 4.352/2009, geradores de resíduos perigosos, tal como o Centro de Inteligência, podem celebrar contratos com empresas cadastradas no Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU.

5.2. Em suma, a Lei Distrital nº 4.352/2009, a Resolução nº 5.998 da ANTT e a RDC ANVISA nº 222/2018 já normatizam as soluções disponíveis no mercado.

**Solução:** consiste na contratação de prestadores particulares especializados para os serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos de saúde (Classe I).

### **JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA**

5.3. Considerando a urgência na implementação de solução adequada para o gerenciamento dos resíduos gerados pelo Centro de Inteligência, verifica-se que a contratação de empresa especializada constitui, no momento, a única alternativa viável. Ressalta-se que o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) não contempla, em sua carta de serviços, a coleta, o gerenciamento e a destinação final de resíduos de serviços de saúde e resíduos perigosos, conforme previsto na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

5.4. A solução apresentada no subitem 5.2 mostra-se adequada às necessidades desta Unidade Gestora, especialmente em razão da urgência da contratação, agravada pela perda de prazo para a formalização de contrato específico para este tipo de serviço. Ademais, a empresa a ser contratada deverá atender integralmente às normas ambientais vigentes, bem como possuir todas as licenças e autorizações expedidas pelos órgãos competentes, garantindo a adequada execução do objeto e facilitando a fiscalização contratual.

5.5. Diante da complexidade logística envolvida nas etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos perigosos, bem como da necessidade de cumprimento de requisitos técnicos e legais específicos, esta Equipe de Planejamento da Contratação conclui que a execução do serviço por empresa especializada, devidamente licenciada, é a única alternativa técnica e operacionalmente viável.

5.6. A avaliação da adequação entre a solução escolhida e a modalidade de contratação às necessidades do Centro de Inteligência é um processo crucial para garantir a eficiência, a transparência e a conformidade legal em todas as etapas do processo de aquisição. Nesse contexto, é fundamental que a escolha da solução e da modalidade de contratação estejam alinhadas com critérios técnicos, econômicos e operacionais, bem como com os princípios da economicidade e da qualidade.

5.7. A solução escolhida, que consiste na contratação de uma empresa especializada, foi cuidadosamente selecionada em razão da complexidade técnica do objeto e pelo fato de o Centro de Inteligência não possuir recursos humanos, frota licenciada ou expertise para realizar essa atividade por meios próprios.

5.8. A escolha da modalidade de contratação por Dispensa Eletrônica está alinhada com a natureza da demanda e com os critérios objetivos estabelecidos pela legislação, fundamentando-se no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. O valor estimado para a contratação enquadra-se nos limites legais para a contratação direta por valor, permitindo um rito processual mais célere, mantendo-se a competitividade por meio do sistema oficial de dispensa eletrônica.

5.9. Portanto, a escolha da contratação de empresa especializada para os serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos perigosos, mediante a modalidade de Dispensa Eletrônica, demonstra uma cuidadosa análise das necessidades do Centro de Inteligência. Tal estratégia garante eficiência, transparência, conformidade legal em todo o ciclo da contratação e a plena adequação para o atendimento da necessidade descrita no item 2 deste Estudo Técnico Preliminar.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.2. Definições a serem consideradas conforme o art. 3º da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a Lei Distrital nº 4.352 de 30 de junho de 2009:

6.2.1. Resíduo sólido: material, substância, objeto ou bem descartados, resultantes de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água ou que exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

6.2.2. Resíduos de Classe I – perigosos: são aqueles resíduos sólidos ou mistura de resíduos que, em função de suas características de inflamabilidade, toxicidade, reatividade, corrosividade e patogenicidade, podem apresentar riscos à saúde pública e ao meio ambiente, quando manuseados ou dispostos de forma inadequada;

6.2.3. Resíduos de serviços de saúde: todos aqueles resultantes de atividades e serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal que, por suas características, necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio à sua disposição final, os quais são classificados da seguinte forma: a) Grupo A: resíduos potencialmente perigosos pela presença de agentes biológicos; b) Grupo B: resíduos potencialmente perigosos pela presença de substâncias químicas; c) Grupo C: resíduos potencialmente perigosos pela presença de substâncias radioativas (não é o caso da contratação); d) Grupo D: resíduos com as mesmas características dos resíduos domiciliares ou comerciais (não é o caso da contratação); e) Grupo E: resíduos perfurocortantes.

6.3. Os serviços serão executados conforme o Plano de Coleta a ser apresentado pela Contratante.

6.4. A Contratada deverá efetuar a coleta em dias e horários agendados, sendo de segunda à quinta-feira, das 09 horas às 17 horas, e na sexta-feira, das 08 horas às 12 horas, no seguinte endereço: Centro de Inteligência do Exército, Avenida Duque de Caxias, S/N, Setor Militar Urbano, Cidade: Brasília – DF, CEP: 70630-000.

6.5. A periodicidade de recolhimento poderá ser alterada em razão da demanda, devendo a Contratante comunicar a sua alteração à Contratada com antecedência.

6.6. Atentar-se que os resíduos gerados devem ser classificados da forma a seguir: resíduos perigosos oriundos de serviço de saúde (humana e animal), conforme consta na Resolução CONAMA nº 358/2005 (GRUPOS A, B e E).

6.7. Os resíduos perigosos serão acondicionados, pelo Centro de Inteligência, em sacos plásticos e depositados, separados por tipo, em contêineres próprios do Órgão, se for o caso.

6.9. Os resíduos perigosos devem ser acondicionados em sacos plásticos resistentes e fechados, e dispostos para coleta em container específico, identificado como resíduos perigosos.

6.11. A equipe coletora da Contratada deverá recolher, manusear e transportar os sacos plásticos com cuidado para não os danificar.

6.12. O responsável pela operação de coleta deverá assegurar que os contentores estejam íntegros, devidamente vedados e amarrados de forma segura, sem risco de acidentes ou derramamento dos resíduos.

6.13. É de responsabilidade da Contratada a limpeza dos resíduos em casos de vazamentos de lixo no local de recebimento ou no trajeto até a sua destinação ou disposição final.

6.14. Os resíduos deverão ser descarregados em vazadouros próprios e permitidos por lei.

6.15. Os empregados da Contratada deverão realizar os serviços devidamente uniformizados, portar crachá de identificação com foto, e estar munidos de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de todos os materiais necessários à execução das atividades.

6.16. A responsabilidade pelos resíduos perigosos produzidos pelo Centro de Inteligência e recolhidos pela Contratada, incluindo a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada desses é da Contratada, devendo esta ressarcir ao Centro de Inteligência quaisquer despesas que este venha a ter em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais ou distritais.

6.17. À Contratada são proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos perigosos:

6.17.1. Lançamento em quaisquer corpos hídricos; 6.17.2. Lançamento in natura a céu aberto; 6.17.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; 6.17.4. Outras formas vedadas pelo poder público; 6.17.5. Nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, é proibida a utilização dos rejeitos dispostos como alimentação; 6.17.6. Nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, é proibida a catação; 6.17.7. Nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, é proibida a criação de animais domésticos; 6.17.8. Nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, é proibida a fixação de habitações temporárias ou permanentes, além de outras atividades vedadas pelo poder público.

6.18. A Contratada deverá utilizar, na execução dos serviços, apenas os veículos e equipamentos cadastrados no Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU, colocando-os à disposição da fiscalização toda vez que requisitado para vistoria.

6.19. A Contratada deverá manter a identificação dos veículos cadastrados, conforme norma estabelecida pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU.

6.20. A contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS), elaborado pelo Centro de Inteligência, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305/2010, Lei Distrital nº 4.352/2009, Resolução CONAMA nº 358/2005 e RDC nº 222/2018 - ANVISA.

6.21. Nos termos do art. 2º da Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, os serviços de gerenciamento de resíduos perigosos enquadram-se como atividade de custeio por se tratar de atividade diretamente relacionada às atividades comuns a todos os órgãos públicos e que servem de apoio no desempenho das atividades institucionais do Centro de Inteligência, uma vez que é essencial para a manutenção do bem-estar e saúde dos militares, cuja falha na execução pode dar ensejo ao recebimento de notificações dos órgãos de fiscalização e, consequentemente, aplicação de multas e até mesmo o fechamento das dependências do Órgão. A contratação está dentro dos limites do art. 3º, § 3º do Decreto nº 10.193/2019.

6.22. Será utilizado o Catálogo de Padronização de compras e serviços no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. O objeto desta contratação segue as diretrizes da Portaria SEGES/MGI nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, observando-se a necessidade de adequação às especificidades técnicas do descarte de resíduos de saúde.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para a definição do quantitativo estimado da contratação, foi realizado o levantamento histórico da geração de resíduos no período de janeiro de 2025 a dezembro de 2025. Em razão da ausência de contrato vigente no período, os dados foram consolidados pela Seção de Saúde com base nas pesagens internas e registros de acúmulo temporário de resíduos biológicos, químicos e perfuro cortantes.

7.2. Memória de Cálculo A quantidade estimada baseia-se na média de geração mensal observada, projetada para um período de 12 (doze) meses, conforme detalhado na tabela abaixo:

MÊS	QUANTIDADE KG
JANEIRO	16,6
FEVEREIRO	16,6
MARÇO	16,6
ABRIL	16,6
MAIO	16,6
JUNHO	16,6
JULHO	16,6
AGOSTO	16,6
SETEMBRO	16,6
OUTUBRO	16,6
NOVEMBRO	16,6
DEZEMBRO	16,6
ESTIMATIVA TOTAL	199,2
MÉDIA MENSAL	16,6

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.660,00

8.1. A estimativa de valor da contratação baseia-se nos valores praticados no mercado.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Essa área técnica optou pela aglutinação dos serviços de gerenciamento de resíduos de saúde em apenas um item, de forma a manter apenas uma empresa responsável pela execução do objeto de que trata este Estudo Técnico Preliminar, uma vez que o serviço a ser contratado demanda complexidade técnica. Com isso, a equipe de fiscalização se beneficia ao tratar quaisquer detalhes da execução contratual com apenas um interlocutor, reduzindo inclusive as deficiências de acompanhamento do serviço ao promover agilidade no tratamento de questões formais.

9.2. Os principais motivos para o não parcelamento do objeto da pretendida contratação são:

9.2.1. Itens/objetos de natureza idêntica (serviços de gerenciamento de resíduos de saúde);

9.2.2. Objetos de natureza idêntica a serem prestados na mesma localidade (Brasília/DF); e

9.2.3. Objetos de natureza idêntica, para o mesmo local, que encontram no mercado prestador hábil a fornecê-los na totalidade.

9.3. Assim sendo, optou-se por não parcelar a solução visando aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todos os serviços licitados. Ademais, pode-se verificar pela pesquisa de mercado, que é prática comum as empresas prestarem todos os serviços dispostos no presente Estudo, não comprometendo, portanto, a competitividade do certame.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há, no momento, outros processos licitatórios correlatos ao presente objeto em planejamento ou em andamento.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente demanda não consta no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, porém sua inclusão extemporânea justifica-se pela recente alteração na sistemática operacional e pelo surgimento de novas necessidades de descarte, sendo medida indispensável para assegurar a conformidade ambiental e a segurança sanitária da unidade.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Manutenção das condições de higiene e limpeza das instalações da Seção de Saúde do Centro de Inteligência, contribuindo para um ambiente de trabalho agradável e propício a um adequado desempenho profissional;

12.2. Mitigação e/ou eliminação dos riscos de autuação do Centro de Inteligência por órgãos de fiscalização.

12.3. Proporciona o adequado gerenciamento de resíduos de saúde gerados no âmbito do Centro de Inteligência, visando a redução dos riscos sanitários e ambientais produzidos por essa espécie de resíduos, em observância à legislação vigente; e Ganhos Indiretos com a Contratação Pretendida.

12.4. Ganhos Indiretos com a Contratação Pretendida:

12.4.1. Contribuição para a preservação ambiental, por meio da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde;

12.4.2. Prevenção da poluição do solo e dos recursos hídricos locais, assegurando o manejo, transporte e descarte correto de resíduos potencialmente perigosos;

12.5. Redução dos riscos de contaminação biológica e de acidentes ocupacionais, especialmente aqueles decorrentes de materiais perfurocortantes, garantindo maior segurança aos militares e servidores civis.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há necessidade de adequação dos ambientes para que a contratação dos serviços de gerenciamento de resíduos de saúde surta efeitos, tendo em vista que o Centro de Inteligência conta com estrutura física adequada à execução do objeto.

13.2. Proporcionar curso para capacitar o futuro fiscal de contrato, de modo que esteja a par de toda legislação ambiental vigente.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O impacto ambiental é resultado de qualquer modificação, positiva ou negativa, que é causada pela ação do homem no meio ambiente. Tais impactos como o descarte incorreto de vasilhames plásticos, resíduos e outros podem causar a degradação do solo, poluição dos rios e do ar, destruição da flora e fauna. Para diminuir os efeitos causados no ambiente é preciso implantar políticas de proteção ambiental e promover ações que tragam como resultado a sustentabilidade ambiental.

14.2. Nas licitações as ações e soluções sustentáveis buscam integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos (de governo), com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos.

14.3. De modo que a promoção de ações nos processos de contratações/aquisições visam contribuir para reduzir possíveis impactos ambientais, permitindo o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferecer o maior número de benefícios para o meio ambiente e a sociedade.

14.4. A preocupação com os efeitos do aquecimento global, com as mudanças climáticas e com a diminuição dos recursos naturais disponíveis na natureza constituem importante justificativa para contratações que favoreçam a preservação dos impactos ambientais sofridos pela natureza. Esta é uma solução econômica, eficaz e rápida para minimizar tais impactos ambientais adversos acarretados pelo consumo humano.

14.5. A coleta e o transporte inadequado de resíduos sólidos podem trazer riscos a todos os funcionários envolvidos neste processo e à população em geral.

14.6. A ausência de tratamento dos resíduos, quando necessário e a disposição final ambientalmente inadequada podem ocasionar consequências ainda mais graves, como a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, mares e córregos, além de contribuírem para a proliferação de inúmeros vetores transmissores. Daí a necessidade de técnicas específicas durante todo o processo de manipulação de tais resíduos, diminuindo a incidência de doenças e degradação do meio ambiente

14.7. Os possíveis impactos ambientais decorrem da destinação final inadequada dos resíduos infectantes, químicos, perfumocortantes e comuns, por isso há a necessidade da Contratada seguir rigorosamente a legislação sanitária vigente e realizar o devido descarte destes resíduos a fim de garantir a preservação ambiental e a saúde humana.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação demonstra-se viável sob o aspecto técnico-econômico, uma vez que a solução adotada utiliza parâmetros de mercado consolidados e garante o atendimento integral às normas ambientais vigentes. A terceirização do serviço mostra-se a alternativa mais eficiente, pois mitiga riscos de passivos ambientais e assegura a destinação adequada dos resíduos de saúde.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JONAS FONTOURA RODRIGUES COELHO**

Membro da equipe de planejamento



*Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 11:52:51.*

**MARINA CLAUDIA MUNIS DE PAULA**

Membro da equipe de planejamento



*Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 11:52:30.*